

ROLAND BARTHES – SOBRE A NARRATIVA DA HISTÓRIA

Ricardo Hiroyuki Shibata (UNICENTRO)
rd.shibata@gmail.com

RESUMO

Em estudo clássico, Roland Barthes descreveu, com bastante propriedade, a antiga retórica. Depois, estudou “o discurso da história” e “o efeito de real”. Nesses dois momentos, foi ele que melhor conseguiu estabelecer as relações entre literatura e história em termos de coordenadas narrativas. Vale dizer: antes de ser uma disciplina autônoma do saber, a história é um tipo específico de gênero de discurso ou dispositivo ficcional que deve se adequar a normas pragmáticas e enunciativas. Dessa forma, podemos repensar a afirmativa aristotélica entre “o que aconteceu” e o que “poderia ter acontecido”. É que essa assunção não se fundamenta distintivamente apenas no grau de aplicabilidade da operação filosófica ou do uso irrestrito da faculdade imaginativa, porém, ao modo de apropriação do real e às formas de narratividade. De fato, pensando em termos de minhas pesquisas no âmbito do Humanismo/Renascimento, a tarefa da historiografia não é de âmbito analítico ou hermenêutico, segundo certa metodologia arquivística, documental ou arqueológica. Trata-se, antes de tudo, de constituir uma forma heurística a partir de elementos ficcionais (literários, portanto) em que pese, sobretudo, os juízos éticos e seu funcionamento moralizador. Nesse sentido, como Roland Barthes sugere, a história só pode ser devidamente interpretada pelo ponto de vista da ficção. A história como ficção – a construção do passado ficcional na Antiguidade Clássica

Palavras-chave: Literatura. História. Antiguidade Clássica. Poética.

Roland Barthes, em artigo de caráter certamente provocativo, destaca as possíveis relações entre a literatura e a história. Refiro-me ao “Le discours de l’Histoire”, publicado em seu *Le Bruissement de la Langue* (Paris: Seuil, 1984). Então, para pensar os aspectos discursivos, em que se inserem esses dois tipos de narrativas, um bom começo é destacar que, quando Lorenzo Valla publicou o seu virulento libelo *Discurso sobre a Falsa e Enganadora Doação de Constantino* (1440), ele pretendia, certamente, angariar o favorecimento de seu protetor e mecenas, Afonso de Aragão, rei de Nápoles. A publicação tinha como alvo o papa Eugênio IV e o argumento que sustentava legalmente as pretensões da Santa Sé à soberania sobre todos os poderes temporais, vale dizer, a legitimidade do vicário de Cristo, com seu carisma fundamentado na missão divina a ele conferido como sucessor do apostolado de Pedro, que permitia não somente o comando sobre as hostes missionárias e todo o aparato da Igreja, mas também sobre os reinos laicos como instrumentos da consecução do poder político como via de salvação dos fiéis.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

Como se sabe, Lorenzo Valla mobilizou uma série de instrumentos de caráter linguístico, em que a historicidade enunciativa da doação era examinada à luz de um saber arqueológico e documental. O parecer não podia ser mais eloquente: tratava-se de uma fraude forjada no século VIII na própria chancelaria papal.

De modo complementar, Leonardo Bruni afirmava que as más traduções dos textos de Aristóteles – justamente o filósofo que dava sustentação ao edifício dogmático da ortodoxia católica – correspondiam a destruir ou (talvez muito pior) deturpar uma obra de arte da Antiguidade. Para ele, o trabalho de tradução significava examinar o espírito do texto original e as intenções mais profundas do autor, e não apenas ficar arranhando a superfície das letras e das palavras. Tal qual um exímio pintor que copia um quadro famoso, deve-se delinear com bastante precisão as linhas, os traços e a fisionomia do original. Para Leonardo Bruni, essa tarefa é esforço de emulação – ou seja, uma imitação que pretende ser ao mesmo tempo homenagem e superação.

A partir dessas duas importantes matrizes, parece ser consenso, sobretudo entre certos historiadores contemporâneos, que os textos inaugurais de Lorenzo Valla e de Leonardo Bruni sinalizavam irremediavelmente para a constituição da história como disciplina ou como verdadeira ciência dos fatos e eventos.

Pode-se dizer, por outra, que a tradição historiográfica se esqueceu de que os discursos de Lorenzo Valla e de Leonardo Bruni se formavam a partir da eloquência, com sua forte pragmática atrelada ao contexto histórico imediato de sua produção. O humanista Damião de Góis afirmava que uma boa tradução deve ser realizada respeitando o “artefício rethorico” em que foram formulados os seus enunciados (GÓIS, 2003, p.103). E, como diz Carlo Ginzburg, o discurso de Lorenzo Valla ganhou notoriedade por ser, antes de tudo, uma “peça oratória”. (GINZBURG, 2002, p. 65)

De fato, a história, nesse período, era pensada a partir de outra perspectiva analítica e hermenêutica, portanto, possuía outras finalidades, mais propriamente ligadas a seu impacto social e interesse persuasivo, considerando a hierarquia institucional e os modos adequados de agir.

A Antiguidade Clássica pensou essas questões do mesmo modo. Cícero já defendia, no *De Legibus* (I.2.5), que a historiografia é o tipo de produção mais particularmente relacionada ao trabalho dos oradores. Em verdade, Cícero nunca escreveu tratados de caráter histórico, no sentido

restrito da expressão. Assim como Aristóteles, sua preocupação com essa questão nunca enveredou pela constituição de uma disciplina diferenciada, mesmo porque o objetivo era dar conta de práticas literárias que recobriam vários gêneros e diversos contextos de produção.

Como se sabe, para Aristóteles, a história deveria tratar do que aconteceu, enquanto a poesia trataria do que poderia ter acontecido. Nesse sentido, a história poderia ser perfeitamente apropriada pela poesia, pois o caráter mais filosófico das obras de imaginação englobaria os fatos dados como verídicos. Quintiliano (*Inst.Orat.I.10.31*) seguiria por este mesmo caminho, acrescentando que o texto histórico deveria ser concebido como um poema em prosa (*carmen solutum*, expressão que ficará famosa durante o Renascimento) ou que a história nada mais era do que um dos aspectos (em linguagem mais objetiva) da poesia.

Cícero, entretanto, pensava na história a partir de determinados contextos de uso e de apropriação, em particular, nas arengas que se davam no fórum romano quando o orador deve sustentar a sua argumentação para vencer uma determinada causa. Assim, para aqueles que desejam enveredar pelos caminhos dos debates públicos, seria preciso conhecer não apenas a filosofia natural ou as leis que regem a república, mas também um bom conhecimento da história:

Não conhecer o que aconteceu antes de você ter nascido é permanecer em eterna infância. O que importa verdadeiramente para a vida do ser humano do que constar entre nossos ancestrais nos registros da história? Além disso, as referências à antiguidade e a citação de exemplos conferem ao discurso autoridade e credibilidade e causa a mais alta satisfação ao público. (*Orator* 34, 120)

Numa passagem famosa do *De Oratore* (II.9.36), Cícero define a história como disciplina capaz de relacionar o particular (a especificidade de um certo momento) com o geral (a memória de todos os eventos): "História, que é de fato a testemunha da passagem do tempo, ilumina a realidade, dá vida e guia a existência humana, traz à luz os tempos passados, de qual mais instrumento o orador poderia se valer?".

E, a seguir, complementa:

Quem não sabe que a primeira lei da história reza que o historiador não deve ousar dizer mais do que a verdade? E a segunda lei, que o historiador deve contar a apenas e tão somente a verdade? E que não deve haver qualquer suspeita de parcialidade em nada do que escrever? Muito menos malícia? (*De Oratore*, II.15.62)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

Trata-se de uma profissão de fé, em que apropriar-se corretamente dos fatos históricos transforma-se em poderosa ferramenta discursiva e maneira indispensável para a pedagogia cívica, em que a memória do passado (não de qualquer evento passado, mas aqueles de maior destaque) é mantida em eterno presente. Daí, então, que Cícero insista que é compromisso peremptório de todo historiador (*primam... historiae legem*) falar a verdade em todas as circunstâncias, sem descambar no elogio vazio ou na maledicência rancorosa (*De Oratore* 2.15.62). Isto, porém, não permite ao orador escrever um discurso pedante, rústico ou mal elaborado. De fato, para angariar a atenção do público, o elogio da história, aqui, é também a defesa de um discurso ornado decorosamente, em que a amplificação dos argumentos deve ser realizada com arte e maestria. (BIENTENHOLZ, 1994, p. 56ss)

Aristóteles, por sua vez, já havia perguntado ironicamente o que seria da verdade se não viesse numa embalagem sedutora (LE GOFF, 2001). Isto, porque um discurso em que o orador pouco se preocupou com a forma nem mesmo chamará a atenção da audiência. A invectiva era retomada de uma proposição dos antigos sofistas, que eram especialistas em adornar seus discursos a partir de uma forma de sucesso. (WILLIAMS, 1985, p. 132)

Fique claro, aqui, que, em nenhum momento, Cícero admite qualquer tipo de distorção retórica dos fatos ou falseamento da realidade daquilo que aconteceu. Como ele afirma, numa belíssima imagem, a deusa Clío deve se apresentar devidamente maquiada, com seus adereços em ordem. Mas qualquer contrafação ou arremedo é inadmissível. (*De Legibus* I.2.5; *De Oratore* 2.12.53)

Cícero chega mesmo a legislar em causa própria. Quando soube que Lucius Lucceius estava escrevendo a história recente de Roma, pediu para que o amigo fosse diretamente à conspiração de Catilina e que tratasse do assunto em capítulo especial, com atenção aos principais atores na defesa do Estado – no caso, o próprio Cícero. Se a história é *magistra vitae* é justamente porque dá aos heróis o caráter de exemplaridade e de paradigma das ações virtuosas as serem seguidas, constando, portanto, entre os monumentos imortais.

Esse compromisso estético está em perfeito acordo com o compromisso de contar a verdade. Quer dizer, a sofisticação linguística é prova incontestada da integridade do historiador, porque esclarece as evidências e os fatos do passado.

É justamente por isso que Cícero pede sem nenhum pudor a Lucius Luceius:

Estou pedindo para que você embeleze as minhas ações. Ou por acaso você considera que elas não são dignas de serem ornadas ou merecem o seu trabalho? (...) Estou pedindo sincera e diretamente para que você embeleze e enriqueça os meus feitos. (*Fam.5.12*)

O estilo (quer doce, quer grave) de Lucius Luceius conseguirá fazer permanecer a memória dos feitos de Cícero para os que virão, porém mais enriquecida e adornada. Cícero pedia que Lucius Luceius descrevesse, na conjuração de Catilina, as novidades e mudanças, os sobresaltos da vida, as mudanças de estados e governos, declarando as causas de onde procedem, as alternâncias de poder e as mudanças institucionais, ou mostrando os remédios que se devem procurar para evitá-los; repreendendo o que é ou o que parece ser digno de repreensão; e aprovando o que bem parece ao explicitar as razões por que as aprova ou desaprova. Deve-se falar sobre as desgraças e as dificuldades que recaíram sobre os heróis e como eles se desvencilharam dessas afrontas, porque isto se constitui em lição e prazer para os leitores. Ao historiador é permitido repreender ou elogiar quando for o caso, incluindo uma boa dose de lealdades e de traças, organizando tudo isso numa trama ou narrativas:

Não há coisa mais convincente para o leitor do que as diversidades dos tempos e as mudanças da fortuna, as quais mesmo no passado nos soam tão penosas, nos são agora, ao lê-las, doces. Porque a memória dos males passados ao que já está fora do perigo deles, traz muito contentamento e aos demais e para os que não os hão passado, senão que sem sentimento e nem pena alguma estão olhando as desgraças alheias e esforços, assim a mesma lástima que deles tem lhes dá muito gosto (...) os perigos e as desgraças de um homem de valor trazem consigo grande admiração, suspensão de ânimo, alegria, pena, esperança, temor; se vem a terminar com admirável sucesso, fica o espírito alegre e satisfeito do deleite daquele dulcíssima leitura.

Escrever a história como se fosse uma tragicomédia de desventuras e sucessos, pois tem diversos atos, diversas representações de condutas e de tempos. (*Fam.*, 5, 12)

Cícero distingue três formas de apropriação da retórica em relação aos três gêneros historiográficos: o comentário, a monografia e a história geral. Os comentários de César com sua narrativa simples e concisa dos fatos, quadra com o estilo iônico (*Brutus* 75.262). A peculiar contribuição do historiador é agregar uma forma artística às suas notas. A monografia, que se concentra num evento único e grandioso para criar uma obra de arte dramaticamente intensa para atingir um fervor político, que

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

remete ao tipo de história isocrático-peripatética. (*Brutus*, 11, 42; *Fam.*, V, 12, 3)

A verdadeira história ou a relação analítica entre os eventos que criaram a pátria possuem como uma de suas características de grandeza e elaboração a explicitação em sua forma, conforme o estilo asiático (de caráter elevado e belamente adornado), pelo qual Cícero era particularmente interessado.

Quintiliano concordará com Cícero na medida em que a “secura” ou excesso de “objetividade” do historiador apenas afastaria os leitores das obras históricas. Antes de contar fatos ou elencar testemunhos e provas, a história se constitui, sobretudo, em uma narrativa, portanto precisaria seguir as leis e regras da oratória, cuja finalidade é persuadir ou convencer um determinado público. Entretanto, Quintiliano adverte que isto não significa que o historiador deva agir com um advogado no fórum, centrado seu foco nos testemunhos, nas reações imediatas do público ou da ocasião ou mesmo nas necessidades forenses. O ofício de historiador é gravar os eventos para a posteridade e trazer glória para o seu autor. Para evitar a monotonia da narrativa, é permitido usar palavras incomuns ou figuras de linguagem de modo mais livre. Porém, vale lembrar que a *brevitas* (o excesso de brevidade) de Salústio não conseguiria agir sobre um juiz, que está acostumado com um elenco profícuo de provas e argumentos. A variedade de figuras (*lactea ubertas*) de Tito Lívio agrada a quem busca a beleza da exposição, mas não se importa em perda de credibilidade e de veracidade. (*Inst. Orat.* X.I, 32-33)

Esse debate sobre a forma artística na narrativa histórica não está vinculada a qualquer discussão sobre os subgêneros da historiografia ou qualquer gênero oratório específico que trate dos eventos do passado. Mas ao mesmo tempo, todos os historiadores estão cientes que o seu trabalho passa necessariamente por uma preocupação estética, ou seja, a partir da documentação existente, como escrever uma narrativa que seja ao mesmo tempo verídica e atraente ao público leitor (BARTHES, 1988 e 1997). Costuma-se pensar apenas no conteúdo, na exatidão das informações, na comparação entre diversas versões do mesmo fato, porém, para eles, o conteúdo não se autonomiza em relação à forma. O significado e seu respectivo meio de expressão são complementares e interdependentes. Como diz Nancy Struever, a retórica de Górgias e os ideais políticos da virtude esposados pelos princípios da sofística são mais compatíveis com as investigações de caráter histórico mais do que a filosofia primeira de Platão e a maiêutica socrática (STRUEVER, 1970).

No primeiro diálogo do *De Oratore*, de Cícero, os personagens Scaevola e Antônio defendem o protagonismo das funções cívicas do orador, os objetivos políticos da sofística e a devoção dos romanos à pátria. Para Crassus, por sua vez, porém, o orador deve ser um dos veículos de divulgação da paideia e das noções de sabedoria, conforme a filosofia especulativa grega. O embate entre a pragmática e a abstração, quer dizer, o virtuosismo com o uso da linguagem e o ensino fundamentado num quadro de disciplinas de caráter cívico é um dos pilares do pensamento oratório de Cícero. (*De Oratore* I, 26, 118)

Nesse mesmo sentido, no diálogo de Melian, Tucídides afirmava que a excelência política dos atenienses residia naquilo que estava sob o domínio da ação e do pensamento humanos e nunca na capacidade de especular sobre temas filosóficos (DARBO-PESCHANSKI, 1992, p. 45). Mais tarde, os humanistas chamavam de *virtù*, o que implica que o orador deve concentrar sua atenção nas competências e habilidades dos protagonistas e nunca naquilo que foi um lance do acaso ou da sorte.

Para mim, todo esse conjunto complexo de questões teve como uma de suas possíveis resoluções em Eric Auerbach. Em sua análise da historiografia romana, em particular, do capítulo 16, livro I, dos *Anais*, Eric Auerbach informa que o modo de escrever a história na época clássica era diferente do pensamento historiográfico de hoje em dia.

As categorias analíticas que se destinam a investigar a história a partir do método científico pouco têm validade e não se verificam ao se reconstituir os eventos que ocorreram na Roma antiga. Critérios como fidelidade documental, lista de testemunhos de época e perspectiva impessoal diante dos fatos estavam ausentes – mesmo que o historiador jure a veracidade de seu relato.

Numa passagem muito conhecida dos *Anais*, o soldado Percênio, que incitava a rebelião a seus camaradas do exército romano, não utilizou a linguagem que lhe correspondia, mesmo porque a distância histórica dos fatos e o caráter não testemunhal fazem com que Tácito seja apenas mero espectador dos eventos; assim o que lhe cabe é uma paráfrase daquilo que ele poderia ter dito em tais circunstâncias ou longa explicação do que poderia ter ocorrido. Além disso, a enumeração de queixas com os quais justifica a sua sedição não suscita o interesse interpretativo da análise historiográfica. É que tudo isso não se constitui em motivações ou provas para uma posterior hermenêutica dos fatos ocorridos. A ênfase foi dada à existência de um grupo de homens, representados por Percê-

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA

nio, cujos sentimentos e qualidade moral se descrevem e se descortinam perante o leitor. Este personagem, sem a devida profundidade psicológica que seria o seu diferencial humano e existencial, é apenas um tipo narrativo, que se conhece apenas a partir de grandes traços. Nesse sentido, os argumentos que Tácito coloca na boca de Percênio e que são esgrimidos com verdadeira maestria em termos de ficção revelam tão-somente seu esforço de arrastar à sublevação as tropas, formando parte do retrato deste personagem – de seu *ethos* ou *persona* no cenário da enunciação. (SHIBATA, 2007)

A narrativa de Tácito, segundo Eric Auerbach, é paradigmática. No interregno entre a morte de Augusto e a ascensão do novo imperador Tibério, as legiões romanas gozavam de momentos de ócio. Momento terrível para homens que se acostumaram às batalhas e ação ininterrupta. Como em situações similares, os soldados entabulavam brigas fortuitas com seus companheiros, davam atenção a fofocas e a pessoas de pior calibre, começavam a desejar que esse período de tranquilidade se prolongasse indefinidamente, enfim começavam a rechaçar a disciplina, o trabalho e o esforço.

Nisso, surge a figura de Percênio, soldado raso e bom orador de língua ferina, como elemento aglutinante da narrativa histórica, cuja personalidade se cria a fim de convertê-lo em elemento desencadeante dos fatos. É esse subversivo que se transforma em porta-voz das insatisfações dos legionários: atitude de subserviência frente a uns poucos oficiais, duríssimas condições em que vivem (invernos tenebrosos, verões escaldantes, perigo de morte dolorosa em cada batalha), compensação indigna (terras improdutivas, pouquíssima retribuição monetária e gastos com a própria manutenção). Diante destes argumentos, todos os demais soldados se sentem humilhados, reconhecendo cada um si mesmos o modelo traçado por Percênio.

O gênero deliberativo mobilizado por Tácito na construção de sua narração traz resultados em duplo viés: se de um lado, temos o paradigma do legionário insatisfeito, com o houve em vários momentos da história e esse personagem não é diferente de outros tantos que já existiram; daí, seu caráter modelar; de outro, temos também, em sentido complementar, que esse exemplo serve aos outros legionários como solidariedade de grupo e resumo de uma situação-limite, ou seja, da desmobilização das tropas e o que isto significa para a disciplina militar.

Para a tradição retórica, o modelo mais completo de uma deliberação é aquele em que se incita uma assembleia popular a tomar partido numa questão que diz respeito à comunidade, no entanto, sempre que se tratar de um aconselhamento, mesmo que a um só indivíduo, estaríamos diante de um discurso deliberativo. O mais importante é que o orador deve centrar o enfoque de seu discurso nos conselhos recomendados, que deverão se manifestar honestos e úteis, a fim de que o auditório se persuada de que alcançará determinados benefícios para si e para a sua comunidade.

No sustentáculo da invenção deste gênero está o pressuposto de que na maior parte das vezes o futuro parece corresponder ao passado. Este pressuposto baseia-se na constatação de que as experiências (individuais ou coletivas) apresentam semelhanças profundas entre si, a despeito das diferenças de lugar, situação e de tempo. Ora, na medida em que os discursos deliberativos procuram fazer com que os homens pratiquem (ou evitem) certas ações, tais discursos deverão provar que semelhantemente a outros casos, aqueles que alcançaram os benefícios almejados praticaram ações equivalentes às que são propostas em forma de conselho, e, logicamente, o inverso também é válido: os que agiram de modo contrário caíram em desgraça e não obtiveram sucesso em seus intentos. Ou, mais particularmente, diz Aristóteles que é a partir do passado que auguramos e pré-julgamos o futuro. Isto atrela estrategicamente de forma indissociável a invenção no discurso deliberativo à história. Quintiliano afirmará, por sua vez, que a elaboração do discurso deliberativo pode ser melhor apreendida se o orador “ler os discursos proferidos ou as obras históricas” mais do que se ele permanecer “se consumindo sobre tratados de retórica”. (QUINTILIANO, III, 3, 67)

Ora, se excluirmos alguns dados muito concretos e também muito escassos, como o número de denários ganhos pelos legionários, o período de serviço militar, referências ao comandante e aos imperadores – elementos que situam a narrativa em um momento concreto da história –, não há uma só informação suficiente que seja privativa dessa circunstância precisa. Eric Auerbach sublinha a falta de interesse por questões que para o historiador atual são centrais: condições econômicas em que se organiza o exército da época, o modo como se configura a hierarquia militar, por exemplo. São “movimentos de primeiro plano”, pois não se analisam as forças que conduziram ao conflito. Há tão-somente “virtudes e vícios; êxitos e erros”. Não existem desenvolvimentos históricos, senão juízos éticos. (AUERBACH, 2002, p. 32)

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

A conclusão é que a história se faz como uma série ou conjunto de quadros ou cenas, devidamente justapostas, que se adaptam a situações e a contextos muito diversos. O procedimento de individualização (ou diferenciação dos atores envolvidos na trama) mais utilizado é o discurso personalizado ou discurso direto, em que o historiador dá voz aos personagens. Daí, a importância dos discursos dentro da exposição historiográfica clássica; graças a Percênio, ao retrato que dele se traça, esta revolta não será jamais confundida com outra na qual o desencadeante estrutural (algum personagem sedicioso que deseja subverter a ordem instituída) seja o mesmo. O discurso individualiza situações, cujo fundamento é um tópico discursivo – uma prótese argumentativa, assim diria Roland Barthes (1997) ao examinar a antiga retórica, em que as provas serão explicitadas no posterior no desenvolvimento do discurso. Dessa forma, a tarefa do historiador é oferecer ao leitor uma forma interpretativa, porém não uma análise exaustiva dos fatos. Nisso, a aproximação com a poesia ou uma forma literária ficcional, em que se representa a realidade tal como se imagina que deveu de ser, e não se pretende empreender outro objetivo, como o compromisso irrestrito com a verdade do que aconteceu. (SHIBATA, 2014)

Em perspectiva complementar, Tácito entendia que, ao realizar seu trabalho historiográfico, era possível demonstrar que as ações e o caráter dos imperadores sinalizavam a degeneração dos valores de Roma. Havia uma lei histórica que deveria ser revelada, culminando no fatídico governo de Nero. Por isso, Tácito em seus *Anais*, descrevia como os imperadores se relacionavam com seus subordinados, o que dava muitas pistas de como os protagonistas do Império haviam de cavar a própria sepultura.

Esse modo de interação ia descrevendo, por meio da narrativa, paulatinamente, a feição de cada governante em particular (Nero passou de jovem manipulável e apático a imperador irascível cruel e dissoluto), mas também esboçava um quadro mais geral ao longo do tempo, quer dizer, a degradação moral do Império e as suas terríveis consequências sociais e políticas.

Como diz resumidamente Juliana Bastos Marques, os artifícios retóricos de Tácito foram mobilizados estrategicamente para defender a tese de que Tibério fora um imperador cruel, porém efetivo no governar; Cláudio, embora menos impiedoso que seu antecessor, fora completamente inepto nos negócios do Estado; e de Nero basta referir que sua

crueldade, incompetência e devassidão esgarçaram o Império em mil pedaços. (MARQUES, 2010; PIRES, 2012)

Pensando assim, o problema do saber histórico não se reduzia aos problemas de conteúdo ou quanto ao aspecto simplesmente informativo, mas implicava pensar a estrutura discursiva, o estilo de escrita e aos modelos de elocução.

Essa reflexão de caráter mais extenso quadrava perfeitamente com o interesse estratégico dos humanistas italianos, rapidamente disseminado por outras cortes europeias do período, que desde o princípio tentavam demonstrar a importância da matéria histórica, conforme um novo plano de ensino em que se destacava a proeminência das disciplinas morais e civis (LEFORT, 1983). É precisamente a história, mais do que a retórica e a filosofia moral, que poderia fornecer o conhecimento do passado a partir de modelos e exemplos de comportamento. (JIMÉNEZ CALVENTE, 2000, p. 203; KRISTELLER, 1980, p. 198)

Isso é precisamente o que afirma Lorenzo Valla, no seu prólogo a *Gesta Ferdinandi Regis Aragonum*. Para ele, o discurso poético é mais “palatável” ou o que melhor empreende as qualidades do “ensinar agradando ao público”, pois leva diretamente aos corações e mentes dos leitores em oposição ao discurso cerrado da dialética medieval ou às infinitas glosas e comentários dos autores canônicos (WEISINGER, 1992, p. 80). Porém, nesse sentido, admite que a historiografia como construção linguística é anterior à poesia, pois era hábito entre os antigos manter por escrito os grandes feitos de varões ilustres que se destacavam nas batalhas ou nas ações governativas.

Conquanto as considerações de Lorenzo Valla sejam polêmicas, para os humanistas, de qualquer forma, a escrita da história deveria contemplar a habilidade de manejar os recursos da linguagem, o conhecimento da matéria, juízo crítico na seleção das informações e das fontes primárias, e precisão na expressão do pensamento, ou seja, para dizer, definitivamente, alto de grau de destreza no uso das técnicas ficcionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Eric. Fortunata. In: _____. *Mimesis*. A representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 24-40.

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA
XX CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA

BARTHES, Roland. O efeito de real, In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 90-114.

_____. A retórica antiga. In: _____. *Pesquisas de retórica*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 201-230.

BIENTENHOLZ, Peter. *History and Fabula*. Myths and legends in historical thought from Antiquity to the Modern Age. Leiden/New York: E. J. Brill, 1994.

CÍCERO. *De Oratore*. De l'Orateur. Trad.: Henry Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

_____. *Epistulae ad Familiares*. Lettres Familères. Trad.: Jean François Vernant. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

_____. *Brutus*. Translated by J. J. Allen. Comentary by G. Franklin. Cambridge: Camdrige University Press, 2001.

DARBO-PESCHANSKI, Catherine. Humanidade e justiça na historiografia grega, V-I a.C., In: NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 35-56.

GINZBURG, Carlo. Lorenzo Valla e a doação de Constantino. In: _____. *Relações de força*. História, retórica, prova. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 64-80.

GÓIS, Damião de. *Livro de Marco Túlio Cícero chamado Catão Maior ou da velhice dedicado a Tito Pompónio Ático*. Fac-símile, Veneza: Estevão Sabbio, 1538. Introdução e notas de João J. A. Dias. Lisboa: INCM, 2003.

JIMÉNEZ CALVENTE, Teresa. Teoría historiográfica a comienzos del siglo XV. In: ALVAR EZQUERRA, Alfredo. *Imágenes históricas de Felipe II*. Madrid: Centro de Estudios Cervantinos, 2000, p. 197-216.

KRISTELLER, Paul Oskar. El sistema moderno de las Artes. In: _____. *El pensamiento renascentista y las artes*. Madrid: Taurus, 1980, p. 190-220.

LEFORT, Claude. *A invenção democrática*. São Paul: Brasiliense, 1983.

LE GOFF, Jacques. *Memória e história*. Campinas: Unicamp, 2001.

MARQUES, Juliana Bastos. Estruturas narrativas nos Anais de Tácito. *História da historiografia*, n. 5, setembro/2010, p. 44-57.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

PIRES, Francisco Murari. Jean Bodin, o *Methodus* e a Clio tucidideana. *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 189-210, jan/jun 2012.

QUINTILIANO. *Institutio Oratoria*. *Instituizione Oratoria*. Trad.: A cura di Francesco Momigliano. Torino: UTET, 1990.

SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. Casa aristocrática de lavradores. *Tempo* (Niterói. Online), vol. 20, p. 60-80, 2014.

_____. O aporte retórico da enunciação. *Revista Philologus*, vol. 13, p. 57-69, 2007.

STRUEVER, Nancy. *The Langage of History in the Renaissance*. New Jersey: Princeton University Press, 1970.

WEISINGER, Herbert. Ideas of History during the Renaissance. In: KRISTELLER, Paul Oskar; WIENER, Philip Paul. *Renaissance Essays*. New York: University of Rochester Press, 1992, p. 74-94.

WILLIAMS, Gordon. *Tradition and Originality in Roman Poetry*. Oxford: Oxford Press, 1985.